

A IMAGEM DO NEGRO NA LITERATURA PERAENSE:

Uma análise do romance *Hortência*, de Marques de Carvalho

Fernando Trindade Rocha
Universidade Federal do Pará

RESUMO

A proposta desta pesquisa é analisar como a literatura paraense da segunda metade do século XIX, semelhante à literatura produzida nos principais centros culturais do Brasil, especialmente o romance de estilo realista-naturalista, aparece como representação de supostas realidades raciais e sociais paraense e brasileira, e como veículo privilegiado de difusão de ideologias raciais que constituíam então as concepções de homem, raça e meio dominantes inscritas nos discursos daqueles que formavam as elites intelectuais, localizadas em poucos centros de irradiação da produção científica filosófica e literária nacional. Nesses centros houve nessa época o recrudescimento das discussões sobre a formação racial do povo brasileiro, realizadas segundo os pressupostos de teorias pseudo-científicas em voga na Europa como o evolucionismo e darwinismo social, que acabaram por influenciar fortemente os escritores identificados com a nova estética naturalista. Além da análise sobre a presença das ideologias na representação do negro e do mulato no romance naturalista produzido entre os anos de 1870 e 1890, é desenvolvida a questão sobre a construção da imagem do negro no romance e se ela simplesmente reproduz ou polemiza imagens estereotipadas e negativas presentes no discurso do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologias raciais; realismo-naturalismo; literatura paraense; imagem do negro.

ABSTRACT

This paper analyses how the paraense literature, of the second part of the XIX Century, represented the racial and social paraense reality. It is discussed if this reality is showed or is not showed under the dominant conception of Naturalism. So the analyses of the novel by Marques de Carvalho, *Hortência*, written post seventy decades of the XIX Century is the referential of the discussion about the representation of the Negro in literature.

KEY WORDS: Racial and social ideology; paraense literature; Negro images.

O processo histórico secular das relações raciais no Brasil foi, e ainda é, marcado por preconceitos, discriminações, conflitos, acordos, dominações, resistências, violências e, também, por intensa mestiçagem, para utilizar um termo caro a Gilberto Freyre (1994, p. 66-68).

Durante 350 anos, a economia brasileira esteve baseada no sistema escravista de produção e, o negro escravizado constituiu-se, assim, na principal força humana produtora das riquezas nacionais, e verdadeiro sustentáculo da economia agro-exportadora da colônia lusitana, que, nos primeiros decênios do século XIX tornou-se nação independente em termos de organização política. Entretanto, o negro não teve sua importância reconhecida na sociedade, sobretudo no período da escravidão, apesar da influência cultural que exerceu, tanto no contexto popular quanto no “erudito”, contribuindo de maneira significativa para a construção da identidade nacional.

Nesse contexto sócio-histórico de dominação institucionalizada do branco sobre o negro, durante a vigência do modo-de-produção escravista no Brasil, criaram-se inúmeros discursos sobre o caráter psicológico e moral do negro, determinados, em grande medida, por formações ideológicas, e concretizados através de textos de feitura variada, incluindo os textos literários. Da análise dos textos, o que muitas vezes se depreende é a reprodução de imagens coletivas, visões de mundo dos produtores e leitores, inseridos em seus contextos sociais e históricos específicos. Nesse sentido, os discursos contidos nos textos literários frequentemente se apresentam como veículos das ideologias dominantes, embora também ofereçam críticas contundentes a essas mesmas ideologias. Segundo Otávio Ianni (1987), ideologias raciais são representações e imagens do negro no universo mental de brancos e negros que interagem socialmente². Essas imagens, apesar de na maior parte das vezes serem negativas, podem aparentemente assumir características positivas, dependendo do contexto social ou do espaço social, que pode ser de competição e conflito ou de confraternização.

A literatura feita no Brasil faz referências aos aspectos da vida do negro desde o período colonial, sobretudo a partir da poesia satírica barroca do século XVII, e constrói imagens de feição estereotipada. No século XIX, com o aparecimento do romance como gênero literário e da afirmação da estética romântica, a representação da personagem negra, na maior parte das vezes, não é individual, mas coletiva, frequentemente encarnando um tipo. Na produção poética, a imagem do negro esteve vinculada ao trabalho escravo, seja para expressar uma feia visão, seja para fazer a exaltação de sua suposta força física, equiparada à de um animal (Bastide, 1973, p. 117).

Somente nos últimos decênios do século XIX é que ganha expressão social e relevância nos debates políticos e intelectuais a questão da abolição da escravidão negra no Brasil. O crescente movimento abolicionista, vigoroso entre as camadas médias urbanas, esteve indissolúvelmente ligado ao ideário republicano-positivista, de origem francesa, que, refletindo mudanças estruturais na economia e na sociedade, constituíram forças culturais novas a entusiasmar a jovem intelectualidade brasileira, sobretudo entre as décadas de 1870 e 1890, mas que ainda se farão sentir (tirando-se o abolicionismo, substituído pelo imigrantismo) na atmosfera espiritual nacional até as primeiras décadas do século XX (Bosi, 1986, p. 181-182). Nessa época, configura-se no Brasil a estética literária realista-naturalista, sob forte influência de modelos filosófico-científicos europeus, que, ancorados nos pressupostos teóricos do evolucionismo dos seguidores de Darwin, do positivismo de Comte e do determinismo de Taine e de Claude Bernard, objetivava destruir ou mudar radicalmente toda uma tradição literária e filosófica de raiz romântica, através da aplicação de novos fundamentos teóricos no processo de criação literária, no exercício da crítica literária ou nos estudos históricos, sociológicos e antropológicos, imbuídos das concepções de ciência e do ideal de objetividade na análise dos fatos e fenômenos sociais da época.

A partir desse novo contexto histórico de mudança de idéias, novos modelos de explicação da realidade social irão impor-se, por força da ação dos sujeitos históricos, no caso, intelectuais e escritores inseridos nos principais centros urbanos, políticos e culturais do país, irradiadores do novo ideário, destacando-se a cidade do Recife, através da enorme influência e liderança intelectual de Tobias Barreto na Faculdade de Direito de Recife, sobre toda uma geração, e no Rio de Janeiro, capital política e cultural e maior centro editorial do país.

No Pará, embora constituindo área econômica, política e cultural periférica e separada do centro por distância continental, aumentada pela precariedade dos sistemas de transportes, de comunicação e de estradas, a força das novas idéias se fizeram sentir e até mesmo antecipar ou prenunciar através da produção literária e de crítica de Inglês de Sousa e José Veríssimo, iniciada ainda na década de 1870.

O naturalismo e o positivismo, estando presentes em romances e estudos de crítica literária de Inglês de Sousa e Veríssimo, foi ampliado no Pará, em 1888, considerado por Massaud Moisés (1985, p. 136) o ano da “histeria” naturalista, em todo o país, quando foram publicados em diversos centros regionais do Brasil, inclusive em Belém, romances

que pareciam seguir as mesma receita de estilo naturalista na escolha da temática, na composição dos enredos, na caracterização das personagens e no desejo de objetividade nas descrições dos ambientes sociais. Assim foi publicado *Hortêcia*, o primeiro romance publicado no Pará que retrata aspectos urbanos e sociais de Belém, no mesmo ano em que foram publicados *A Carne*, de Júlio Ribeiro e *O Cromo*, de Horácio de Carvalho, que segundo Sílvio Romero, foram todos influenciados pelo romance *O Homem*, de Aluísio de Azevedo.

Após a análise preliminar de todo o contexto sócio-histórico que possibilitou a “viragem” ideológica entre os anos de 1870 e 1890 no Brasil, atentamos para o fato de que ocorreu na intelectualidade nacional uma forte e crescente preocupação em transformar a realidade social, política, econômica e cultural do país, através da ênfase dada, apesar de retórica, à necessidade do aumento da pesquisa científica, que tinha como ideal a imparcialidade e a objetividade pura, aos modelos e ideais europeus de civilização, e aplicando freqüentemente as teses da biologia às análises do comportamento humano ou das ações sociais humanas, adotando como fundamento teórico as teses de Taine, Spencer, Comte e dos vários darwinistas europeus. Daí a grande preocupação em apresentar a “verdade” dos fatos, substancializados, através da busca incansável de farta documentação na pesquisa histórica e social, da descrição minuciosa, detalhista (chegando a ser lenta e monótona) dos ambientes naturais e urbanos e dos comportamentos humanos, nas narrativas ficcionais, sobretudo nas que se observam em romances naturalistas, feitas de acordo com a recriação de soluções apresentadas por Emile Zola, na França. Paralelamente ou intimamente relacionado ao cientificismo da época, à aspiração por uma neutralidade científica impossível de ser atingida na prática, temos o fatalismo pessimista, baseado na crença na impotência do homem frente às onipotentes coerções do meio e da herança hereditária ou da raça (segundo o conceito de raça criado), que, nessa época, acreditava-se transmitida pelo sangue. Dessa forma, ganha relevo a preocupação da inteligentzia nacional com a questão da raça, fundamental nos debates sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma nação mestiça, em razão da ampla penetração no país das teorias raciais que, via de regra, interpretavam como altamente negativa a mistura de raças (na medida em que haveria a participação negativa do negro e do indígena nessa mistura), que seriam responsáveis pela degradação física e moral da população do Brasil, e comprometedoras do seu desenvolvimento como civilização, como podemos observar nas teses racistas de Gobineau sobre a sociedade

brasileira e a população negra e mulata que a compunha¹. Essas teses chegaram a influenciar fortemente alguns dos nossos mais importantes intelectuais. Em contrapartida, apenas na aparência contradizendo a tese da degenerescência da “raça brasileira”, provocada pelo secular e ininterrupto intercâmbio sexual entre brancos e negros no Brasil, surgiu uma “nova” teoria racial, baseada ainda na inferioridade do negro em relação ao branco, que é a da participação positiva do branco na mestiçagem à brasileira, que agora poderia contribuir decisivamente para a “salvação” da “raça brasileira”, que seria facilitada pela prevalência do branco, considerado o elemento superior na mistura de raças, e intensificada pela crescente entrada de imigrantes europeus no Brasil nas últimas décadas do século XIX, como queriam José Veríssimo, Aluísio Azevedo e Oliveira Vianna, que abraçaram o ideal de branqueamento da população brasileira como condição necessária para a solução do “problema” racial brasileiro (Chiavenato, 1999, p.79-81, ss). E é nesse contexto ideológico que os romancistas naturalistas escrevem suas obras, veiculando, reproduzindo ou recriando e, algumas vezes, contradizendo imagens estereotipadas e negativas do negro, conforme os vários e diferentes discursos que existiam na sociedade, seja nos centros sócio-político-econômicos do país, seja em áreas periféricas, como no Pará, ou mais especificamente na Belém pré-belle époque. Assim antes de serem os difusores de idéias novas e totalmente estranhas àqueles que seriam seus possíveis leitores, os romancistas pareciam querer dizer aquilo que seus eventuais receptores já poderiam esperar e desejar ler (ouvir). Com isso não queremos negligenciar a especificidade do texto literário, com sua complexidade e o grau de novidade de informação nele contida. Acontece que, muitas vezes, os discursos contidos nos romances expressavam idéias que eram as idéias que faziam parte do imaginário coletivo, e que informavam sobre as práticas mais usuais das relações raciais na sociedade brasileira e paraense.

Selecionamos para análise o romance *Hortêcia*, de Marques de Carvalho pelo de ser o primeiro e único romance naturalista a focar o ambiente urbano e social de Belém da Segunda metade do século XIX, e que apresenta como personagens principais e secundárias, mulatos e negros das classes populares. Por outro lado, se Inglês de Sousa figura como um romancista paraense bastante conhecido e, cuja obra literária

¹ Sobre as idéias racistas de Gobineau consultar a concisa análise de Chiavenato e a seleção dos textos de Gobineau feita por Georges Raeders, em Chiavenato (1999, p. 75) e Raeders (1997).

é estudada desde o final do século XIX por críticos literários e historiadores da literatura de todo o país, Marques de Carvalho está colocado no quase completo anonimato, apesar de, na época de publicação de *Hortência*, em 1888, ter pretendido ser o “porta-bandeira” do naturalismo na Amazônia, talvez devido a pouca repercussão dos primeiros romances realistas do jovem Inglês de Sousa, e da enorme e recente difusão da nova estética naturalista, à maneira de Zola, em todo o país. A difusão do naturalismo no Brasil, com seus preceitos estéticos e “científicos”, regras de composição, preferência pelas temáticas que abordassem questões sociais atuais, histórias ambientadas em centros urbanos acanhados, análise de casos muitas vezes patológicos, com descrições dos aspectos sórdidos e miseráveis da existência humana, gosto pelo grotesco, caracterização das personagens totalmente subordinadas por forças impessoais, biológicas e sociais, retratadas como títeres, incapazes de lutar contra as imposições das leis da hereditariedade e do meio, possibilitou que as capitais nortistas do Brasil ganhassem expressão no plano literário, por contribuir para o início ou fomento da produção literária em prosa e por retratar a dinâmica social dessas capitais em romances.

Os autores paraenses, algumas vezes, não seguiram ortodoxamente os preceitos naturalistas de composição do romance, recriaram suas fórmulas estéticas, adaptando-as ao contexto da tradição da cultura local, assim como assimilaram teorias raciais européias, reformulando-as, conforme as situações e especificidades da cultura paraense, e das relações raciais no âmbito regional. Entretanto, a leitura atenta das obras, revelam a presença dos estereótipos negativos sobre o negro, segundo os padrões europeus e burgueses de comportamento e civilidade. Assim é que, as concepções de superioridade e inferioridade racial e cultural podem ser facilmente apreendidas da análise dos discursos presentes nos textos literários, evidenciando que, o romance, enquanto portador de vários e variados discursos, que não são necessariamente os do autor, expressam não somente visões de mundo dos enunciadores contidos no texto mas imagens coletivas correspondentes às ideologias vigentes.

Assim, nosso objetivo é o de relacionar, de forma dialética, não mecânica ou reducionista, o contexto histórico (segunda metade do século XIX), em todos os seus aspectos sociais, políticos, ideológicos e econômicos, às condições e maneiras de produção literária no Pará. E analisar como o narrador do romance em questão (*Hortência*), identificado à corrente naturalista, assimilou as ideologias raciais

forjadas na Europa, e as reproduziu ou recriou em sua obra, na descrição dos ambientes sociais e na análise do comportamento das personagens. Através da análise dos discursos inseridos na descrição de costumes, nos perfis sociais e psicológicos das personagens traçados pelo narrador, será possível desvendar as imagens e mitos construídos sobre negros e mulatos. Como o público leitor de romances restringia-se a setores muito pequenos da sociedade paraense da época, exatamente os setores sociais que dispunham de tempo, recursos materiais e conhecimento dos códigos da língua culta (o preparo cultural necessário para a apreensão e recriação do texto literário), pode-se inferir que essas classes sociais, que recebiam os romances, compunham a elite “branca” da sociedade paraense, e quer participavam, em certa medida, do mesmo universo social e ideológico do autor.

No que se refere à estrutura da narrativa do romance *Hortência* podemos dizer, de maneira concisa, que trata-se de um romance construído segundo as regras tradicionais do naturalismo. O tempo é cronológico e o enredo linear. A história começa quando a personagem protagonista, uma adolescente “mulata”, tem a idade de 15 anos, e termina com sua morte, assassinada aos 23 anos, aproximadamente, pelo próprio irmão, chamado Lourenço, com quem manteve uma relação incestuosa durante anos, e com quem teve um filho. O foco narrativo é em terceira pessoa. O narrador é onisciente (heterodiegético), observa, descreve os ambientes naturais, urbanos e sociais, e analisa um acaso escabroso de incesto entre irmãos mulatos e da classe “baixa”, e que viviam em ambientes “degradantes”, localizados em bairros periféricos, em ruas cheias de “covões” e em habitações simples de madeira, barro e telhados de palha. O espaço onde se desenvolve a trama é cidade de Belém da década de 1880, contemporânea do autor-narrador, que apesar de capital política e cultural da província do Pará, no final do período imperial, era cidade acanhada e provinciana, numa época imediatamente anterior à remodelação e embelezamento urbano na belle époque lemistá.

As personagens do romance são, entre outras: Hortência (protagonista), Lourenço (antagonista), Maria (mãe de Hortência e Lourenço), Cláudio (pobre sapateiro “mulato”, marido da “mulata” Antônia) e Antônia (mulher do sapateiro Cláudio, que num estado de forte enfermidade e delírio febril, confessa que traíra diversas vezes seu marido, com seu amante Lourenço). Marques de Carvalho, receoso de que o tomassem por fantasista e imoral, deixou nota apensa ao romance, de acordo com o mito cientificista da objetividade e imparcialidade pura,

explicando que apenas procurou copiar um caso verídico, descrever um acontecimento real, apesar de horrível, ocorrido em Portugal e noticiado em jornal. Seu trabalho, diz Marques de Carvalho (1989, p. 188-190), consistiu em adaptar o caso à realidade social de Belém.

Apesar dos escritores naturalistas reagirem, algumas vezes violentamente, contra a estética romântica, do período anterior, no que se refere à construção da personagem negra, os tradicionais estereótipos desfavoráveis sobre o negro são repetidos, e até intensificados, mesmo após a Abolição e a República. No caso do romance *Hortênci*a, o importante é notar que os estereótipos negativos sobre o negro e o mulato são encontrados em profusão, de acordo com as ideologias raciais vigentes.

Os principais estereótipos do negro encontrados são: 1) O estereótipo da beleza e sensualidade da mulata, porque se aproxima da beleza branca; 2) O mulato tagarela e maledicente; 3) O estereótipo da imoralidade quase inata das pessoas do povo, constituído por mulatos e negros; 4) O estereótipo da animalidade do negro; 5) O estereótipo da sensualidade do mulato, irresistível à concupiscência; 6) O estereótipo do negro malandro, desordeiro, dado à vida desregrada e ao alcoolismo; 7) Estereótipo da selvageria dos costumes e da cultura negra e popular, nas referências preconceituosas e explicitamente racistas, etnocêntricas sobre os “sambas”, “batuques” e “lundus”, praticados nos bairros periféricos de Belém.

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger. “Estereótipos de Negros através da Literatura Brasileira”. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas - Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1991.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1959.
- CARVALHO, Marques de. *Hortênci*a. Belém: CEJUP, 1989. (Col. Lendo o Pará)
- CHIAVENATO, José Júlio. *O Negro no Brasil: da senzala à abolição*. São Paulo: Moderna, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

- FERNANDES, Florestan. *Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- FREYRE, Gilberto. “Mestiçagem”. In: *Gilberto Freyre: Antologia*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção (1870-1920)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira - Realismo (1881 - 1902)*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- RABASSA, Gregory. *O Negro na Ficção Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RAEDERS, Georges. *O Conde Gobibeau no Brasil*. Trad. de Rosa Freire D’Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura)
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará - sob o regime da escravidão*. Belém, 1988.
- SAYERS, Raymond. *O Negro na Literatura Brasileira*. Trad. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.
- SCHARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças - cientistas, instituições e a questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VERÍSSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazônia; sua linguagem, suas crenças e seus costumes. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro: 1887.